

---Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para dois mil e treze;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para dois mil e treze;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adenda aos Protocolos de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia – Ano de dois mil e treze;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, conforme Lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto;-----

---Ponto número seis – Apreciação e eventual autorização da Manutenção do Abono relativo a Despesas de Representação aos Dirigentes do Município, conforme artigo vinte e quatro, da Lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto;-----

---Ponto número sete – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

---Ponto número oito – Período fora da Ordem do Dia – Intervenção do Público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Luís Costa Sousa, Carlos Alberto Rodrigues Zina e das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria Gama Lourenço, Ana Catarina Mateus Afonso, que foi substituída pelo Senhor Deputado Alexandre dos Santos Ferreira e Ana Catarina Brás de Carvalho.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.---

---Como havia quórum, o Senhor Presidente Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo desejado boas festas a todos e posto à votação as atas números cinco, de trinta de setembro de dois mil e doze e número seis, de vinte e nove de outubro de dois mil e doze. Depois de retificada a ata número cinco, relativamente ao ponto nove da ordem de trabalhos, foram as mesmas aprovadas por maioria, com duas e quatro abstenções, respetivamente. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta à reunião de vinte e nove de outubro de dois mil e doze, dos Senhores Deputados Luís Carlos Guimarães de Carvalho, Feliciano José Barreiras Duarte, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia e André Marques Duque. Cartas de justificação de falta à presente reunião do Senhor Deputado Feliciano José Barreiras Duarte e das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Ana Catarina Mateus Afonso. Carta da Valorsul, remetendo relatório e contas. Postais de boas festas das Juntas de Freguesia do Olho Marinho e da Usseira. Convite para participar na festa de natal da Sociedade Musical e Recreativa Obidense. Carta da Oeste Cim, remetendo as grandes opções do plano e orçamento para dois mil e treze. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A Senhora Deputada Ana Sousa desejou, em seu nome e em nome da bancada do PS, as boas festas. Existem vários animais abandonados que acabam por ser recolhidos, muitas vezes, pelos Municípios, mas que depois necessitam de alguns cuidados, nomeadamente, na esterilização dos próprios animais, para não se reproduzirem. Perguntou se a Câmara Municipal tem algum plano de ação nesse sentido a que possam recorrer. Visto que são animais abandonados e fazem a recolha dos mesmos, nas suas casas, para continuarem a ficar com eles, se podem recorrer aos serviços de veterinária da Câmara Municipal, para que eles possam ser esterilizados, até, se calhar, vacinados, para poderem, de alguma forma, controlar a população e, também,

contribuir para o bem-estar dos animais do concelho.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou para quando o Regulamento de Trânsito e Estacionamento em Óbidos. É inaceitável o estacionamento dos carros junto da paragem, muito embora haja ali um sinal de estacionamento, que não é respeitado. Até em cima da passadeira estacionam. Por vezes os autocarros nem podem ali circular. Têm que parar na nacional e vir chamar os passageiros. Já presenciou esta situação. É inaceitável que aquilo continue a acontecer. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deve chamar à atenção das autoridades para que aquilo não aconteça. É uma situação que não faz sentido. Por vezes as pessoas estão à espera do autocarro e nem se apercebem. Tem que vir o condutor do autocarro chamar os passageiros do outro lado. Perguntou o que é que se passa com a construção clandestina em Óbidos, inclusive, no Vau. Constou-lhe que está lá um armazém pré-fabricado. Primeiro foi feito um muro em betão a desviar a linha de água e depois foi feito um pavilhão que está a pôr os moradores à sombra desse armazém. Constou-lhe que não há projeto, não há licenciamento, não há nada. Já foi advertida a Câmara Municipal, pelos moradores, daquela situação e as obras continuaram. Isto é logo a seguir à cabine da luz. Os ecopontos, na estrada que vai para o campo de futebol, foram postos em cima de uma valeta e debaixo dos contentores foi cimentada a valeta, pondo-lhe um tubo de duas polegadas, um tubinho da água. A valeta está cheia de terra, porque é um terreno um pouco inclinado e a terra escorre para a valeta. Está atulhada. Os moradores estão a queixar-se a toda a hora e acha que ainda são maltratados. Os quintais, quando chove, estão sempre alagados, as pessoas nem podem ir aos mesmos. É inaceitável que isto aconteça. Fora as outras situações que já citou, de buracos, de falta de remendos nas estradas, etc., onde foram tapados só os maiores. Ao pé da Serrada há uma tampa que desceu mais de um palmo. É um perigo que está ali, no meio da estrada, na curva. Junto ao seu terreno há um pontão à frente do Filipe da Serrada em que a valeta está cheia, aquilo está atulhado, ninguém desentope. A água já descavou o muro do homem. Não sabe o que é que as Juntas fazem. Roçam o mato nas beiras da estrada e deixam lá tudo. Não limpam as valetas, nem nada. O mato cai para dentro da valeta e fica tudo. Nos Casais Brancos e em todo o lado. Não sabe se o *dumper* da Junta não pode com aquilo. Aquilo não se pode carregar para levar para outro lado? Conforme se roça fica tudo. Isto é inaceitável. As pessoas criticam e com razão. Acumula lixo, entope os aquedutos, salta a água para fora. Há sarrisca na estrada, em certos sítios, quando se sobe para os Casais Brancos, em grande quantidade, não é nada limpo. Na cova do Anselmo, qualquer dia abate tudo. O homem dava o terreno para encher aquilo. Hoje, passam ali carros de grandes dimensões e tem que para um para passar o outro. Qualquer dia há ali uma situação de perigo, assim como na descida da Capeleira, tendo já alertado mais do que uma vez. Está lá a estrada velha, não há um lancil a tapar a entrada da mesma. Qualquer dia cai lá alguém, na via rápida, e depois a Câmara Municipal é responsabilizada, também, por essa situação. Já falou nisso muitas vezes. Vão para outro ano e essas situações continuam mais do mesmo.-----

---O Senhor Deputado José Capinha, em seu nome e da bancada do PSD, desejou as boas festas. Felicitou a organização do evento Vila Natal. Ao longo dos anos tem vindo a surpreender, apesar de ser o mesmo evento. Este ano já teve oportunidade de o visitar e achou que está muito bem organizado, está bonito, tem uma apresentação e um ambiente muito bom. Também têm tido sorte com os dias, porque têm estado muito bons. Hoje então, durante a tarde, devem ter estado cá milhares de carros. Quando vinha da autoestrada eles já estavam parados nos terrenos virados para a mesma, o que é muito bom. Todo o evento, particularmente este ano, está, efetivamente, muito bonito e muito organizado. Está muito interessante a forma como está apresentado. Um outro aspeto, também muito interessante, que teve oportunidade de verificar hoje é quando percorrem a Rua Direita. Recorda-se do número de espaços comerciais que existiam lá há dez anos e veem a dinâmica comercial, ou seja, o efeito que este conjunto de programações tem feito, reflete-se no número de atividade que aparece. Estava absolutamente intransitável, pelo que optou por ir por outra rua. Estava uma coisa impressionante. Isto tem que ser ressalvado, não só o evento, e esse sim é da responsabilidade da Câmara Municipal e da Empresa. Está muito bem conseguido. Espera que seja um sucesso e que isso também se reflita em receita e que tudo isso ajude não só a Empresa como a Câmara Municipal e os comerciantes que têm a sua atividade. É uma coisa muito positiva que tem vindo a ser feita ao longo dos anos e que, mais uma, vez se repete. Também teve oportunidade de verificar que as obras na Escola Josefa de Óbidos já vão de vento em poupa, já se vê lá só uma data de estruturas, o que significa que já as começaram. Pensa que correu bem a deslocalização dos alunos e o novo espaço que têm de aulas. Ambas as coisas são muito positivas nesta altura, neste

tempo, porque ambas significam uma estratégia e uma ação que este Executivo tem vindo a fazer ao longo destes anos e que tem provas já dadas, consumadas, e que nesta altura de alguma crise no país, aqui conseguem ser fatores de contraciclo.-----

---O senhor Deputado João Lourenço perguntou quando é que o Regulamento do Trânsito vem à Assembleia Municipal ou quando é que a Câmara Municipal decide. Isto já se passou há uns meses largos, ainda não viram nada resolvido e o trânsito continua caótico. Perguntou quando é que a Câmara Municipal delibera e depois apresenta à Assembleia Municipal. Pediu ao Presidente da Junta de Freguesia das Gaeiras que não se esqueça, como ele não se esquece, e se possível que seja a Junta de Freguesia das Gaeiras a fazer uma homenagem ao Pereira Júnior, porque já foi há mais de um ano que ele faleceu, foi há mais de um ano que foi aqui aprovada uma deliberação e nada se fez. Então, antes que se vão todos embora, que a Junta de Freguesia das Gaeiras tome ombros nisso. Diz nas Gaeiras, porque era, talvez, um sítio também adequado, embora na altura se tivesse proposto aqui em Óbidos. Dar o nome dele a uma via pública ou um largo. Então a Junta de Freguesia das Gaeiras que o faça, para ver se não cai no esquecimento, definitivamente. Sobre a Vila Natal, tem que concordar. Não estava para falar nisso, mas não tem qualquer dificuldade, nunca foi fundamentalista, pelo menos pensa que não é. Às vezes não são os melhores juízes deles próprios. A Vila Natal está muito melhorada. Tornou-se muito mais agradável. O que se criticou quando passou um mês, ou dois, durante o Natal, foi mais do que isso, porque juntou-se a Festa do Chocolate com a Vila Natal, em que o Largo de Santa Maria esteve ocupado desde outubro até janeiro, com uma tenda enorme, primeiro da Nestlé, ou do chocolate, e depois de uma pista de gelo. Lembra-se ele do que isso foi, o que isso degradava, do mau aspeto e do que se reclamou contra isso. Nada disso existe agora. Têm que reconhecer que efetivamente a situação foi muito melhorada. Vai-se sempre aprendendo com os anos e isso merece, de facto, o reconhecimento de que é verdade, que a situação melhorou extraordinariamente e torna-se muito mais agradável.-----

---O Senhor Deputado Vitor Mata disse que se fez um evento muito importante no concelho, o Festival de Teatro. Agradeceu à Câmara Municipal que, já há alguns anos, tem apoiado, pelo menos, os atores locais, que já devem rondar uma centena. A nível cultural, embora seja de raiz popular, mexe muito com as pessoas. É um evento bastante importante. Esteve presente, durante todos os dias de festival, e verificou que a sala esteve sempre cheia. É de lamentar a ausência de alguns deputados, fazia-lhes falta também. Fez um apelo para que participem nesses eventos de raiz mais popular, que também são muito importantes. A nossa cultura mexe com o nosso povo e parabéns à Câmara Municipal por ter dedicado, também, esta prestação à sua vida cultural.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que a Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa foi extinta com base em informações erradas. Queria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desse uma explicação sobre isso. Ele, quando se dirigiu e votou contra a extinção das freguesias, tinha razão. Foram enganados e não só. Tem dúvidas que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa estivesse em condições de escrever aquela carta. Consta-lhe que aquela carta foi levada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para ele assinar e supõe que ele nem sabe o que é que assinou. É incrível que isto se diga. Hoje mesmo, está a passar-se uma Assembleia de Freguesia no Sobral da Lagoa para resolver os destinos da Freguesia. Espera bem que a Assembleia da República vá analisar esta situação e que não caia em saco roto, porque até a Freguesia do Sobral e os intervenientes do Sobral foram enganados, porque foi-lhes dito que todas as freguesias com menos de quinhentos eleitores eram para acabar. Não é verdade.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal desejou umas boas festas. Em relação aos animais, têm uma política em relação a esta matéria, que tecnicamente é desenvolvida no terreno pelo Médico Veterinário. O Município faz um esforço de construir equipa e de ter meios técnicos para poder acudir a muitas das questões que a Senhora Deputada Ana Sousa aqui levantou. Qualquer questão que tenha, deve dirigir-se ao Gabinete de Veterinária que, independentemente do animal que é, tem uma forma de lidar com essa situação, fazendo muitas pontes com os meios defensores dos animais e com as associações que localmente têm promovido esta temática, ajudando a encontrar, no caso da adoção, quem possa ficar com eles. O Município, dentro dos recursos que tem, consegue fazer alguma coisa, mas não pode dar resposta a todas as situações. É na sociedade civil que se têm encontrado muitas das soluções, fruto dessa mesma colaboração. Em relação ao Regulamento do Trânsito em Óbidos, veio à Assembleia Municipal, houve discussão pública e foi feita a ponderação. Estão numa fase de versão final dos termos do relatório de

ponderação da discussão pública e, portanto, já durante o mês de janeiro a Câmara Municipal terá esse relatório para apreciar. Depois, será canalizado para a Assembleia Municipal. Sobre a construção de um armazém, julga tratar-se de um processo na localidade do Vau. Têm um diferendo com a construção de um armazém feito sem autorização. Existe, neste momento, uma ordem de demolição, foi dado um prazo para que essa ordem seja cumprida. Independentemente dessa questão, têm procurado verificar todas as opções que, dentro de Lei, são possíveis, para tentar chegar a uma solução mais consensual. Foi, do ponto de vista administrativo, dada uma ordem de demolição a essa mesma construção, por a mesma não ter autorização. Sobre as pequenas obras urbanísticas e os arranjos é sempre uma fonte inesgotável. Pelo relatório da atividade municipal veem-se as imensas intervenções que fazem em todas as freguesias, com muita intervenção das próprias Juntas de Freguesia, com os seus meios humanos, meios mecânicos, misto. Tomou devida nota das questões que foram levantadas. Sobre a extinção de freguesias não tem nenhuma explicação a dar sobre essa matéria. Como já explicou, a Câmara Municipal aprovou uma proposta que, no seu conteúdo, lhe foi apresentada, em termos de parecer, pela Assembleia de Freguesias. Isso resultou de uma excelente colaboração que existe entre todas as freguesias do Concelho, todos os senhores presidentes, independentemente da sua origem de eleição, e a Câmara Municipal. A Lei obriga a que o Executivo Municipal tivesse que apreciar e deliberar sobre esta matéria e, com base nessa proposta, a Assembleia Municipal deveria pronunciar-se. O que a Câmara Municipal fez foi pegar nessa proposta e carregá-la. Já explicou, repetidamente, que escolheu não ter uma participação ativa neste processo, por razões que se prendem com o respeito da autonomia das freguesias. Admitia que freguesias que se quisessem agrupar, que metessem em causa as fronteiras atuais do Município, que isso passava a ser uma matéria do Município. Não sendo isso que aconteceu, porque não havia nenhum caso, nenhuma agregação de freguesias de dois concelhos, essa matéria foi, toda ela, discutida e trabalhada pelos órgãos de freguesia e pela Associação de Freguesias. Isto é uma prova de respeito, de consideração e de valorização do papel dos autarcas da freguesia, que acha que um Presidente da Câmara Municipal deve ter. Com esse princípio, assim atuou, independentemente de haver quem o quisesse meter ao barulho, nesta questão. Acha, até, que há questões muito mais importantes do que esta para tratar. Têm-se procurado fixar nessas outras questões, que são de importância municipal. Considera que a informação que foi dada à Câmara Municipal é uma informação válida, subscrita pela Assembleia de Freguesia. Independentemente da posição das Assembleias de Freguesia, essas posições constituíam apenas pareceres. Nem a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal, órgão que a nível local era o órgão final para deliberar sobre este assunto, teria sequer que atender. Mas a Assembleia Municipal aprovou quase por unanimidade. Com trinta membros eleitos, apenas um membro não aprovou a proposta. Estar aqui a querer levantar novos incidentes e a querer fazer política com este assunto, parece-lhe que foge da tal lógica construtiva que tem que ter para lutar contra as dificuldades que aí vêm. Não há nenhuma extinção de freguesias. O que há é agrupamento de órgãos de freguesia. Esta intoxicação resultou. Reconhece que aqueles que quiseram colocar na cabeça das pessoas que as freguesias passariam a ser extintas, tiveram, de facto, eficácia nesse tipo de argumento. Mas não é um argumento verdadeiro. A única coisa que desaparece são os órgãos. Mas tudo se mantém. As pessoas continuam a ter os seus serviços, etc.. Parece-lhe também uma falta de ética estarem a fazer acusações e o Senhor Deputado Custódio Santos veio fazer acusações sobre coisas que não pode provar, lançando insinuações, eventualmente, sobre a posição do Presidente da Assembleia de Freguesia. Se não quisessem levar em linha de conta não levavam. Foi apenas manifestada, mas não foi determinante para a posição. Cada membro da Assembleia Municipal pensa pela sua cabeça e sabe que tinha que extinguir uma. Não tinha que ter menos de quinhentos. Até podia ser as Gaeiras. Há é que assumir. Uma tinha que ser. São Pedro e Santa Maria todos aceitaram, porque a Lei era clara e dizia que tinha que ser as urbanas e outra. Digam qual era. Já fizeram essa discussão. Estar a reabrir este assunto outra vez, parece-lhe, de facto, aquela tentativa incidental e agora com alusões a questões menores, que prefere não qualificar, porque, de facto, não lhe parecem eticamente aceitáveis, não poderem provar aquilo que dizem, mas lançam essas coisas, publicamente, na Assembleia Municipal. Devem ter um bocadinho mais de cuidado, mais respeito institucional e aceitar as deliberações dos órgãos, mesmo quando são vencidos. A decisão é das assembleias municipais e a Assembleia Municipal foi clara, vinte e nove votos a favor. Se esta matéria teve alguma controvérsia noutros concelhos, em Óbidos vinte e nove votos a favor. A Assembleia Municipal podia ter dito que não quer e a Comissão Governamental para este assunto que decidisse sobre esta matéria. Não, foi decisão dos órgãos locais, da Assembleia Municipal,

ser ela a decidir e a fazer uma opção em matéria dos destinos do próprio Concelho. Nessa perspetiva felicitou a Assembleia Municipal, porque se não tivesse tomado a decisão outras entidades e pessoas de fora iriam tomar por eles, como vai acontecer em muitos outros concelhos. Muita gente, demagógicamente, com medo de perder votos, não quis tomar decisões. Cada um tomava as posições que toma. Uma junta e uma assembleia tinham que ser agregadas. Não desaparecem. Até houve a sensatez de manter os nomes históricos das freguesias, ficou Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa. A partir das próximas eleições, terão, seguramente, composições que não deixarão de atender a esta grande questão que existe a nível local, que é a proximidade entre as pessoas. As pessoas têm que continuar a ter edifícios nos locais, a ter as pessoas a atender aquilo que elas precisam, etc., e assim continuará. Tem a maior das seguranças em relação a isso. Há sensatez e maturidade suficiente para saberem que assim vai ser. Agradeceu as duas intervenções de felicitações sobre o Vila Natal e irá transmitir à equipa que membros da Assembleia Municipal tiveram aqui uma posição, não só da bancada que apoia a estratégia da Câmara Municipal, como também da bancada do PS, com este elogio público, que havendo também, tantas vezes uma certa queixa de uma falta de atitude construtiva em muitos dos dossiês, em muitos dos assuntos, parece-lhe que também deve sublinhar esta atitude, até bastante humilde, porque não deve ser, e não é, todos os dias que os projetos são felicitados vivamente pela oposição, nos termos elogiosos em que aqui aconteceu. Esta ideia de contraciclo, de dinâmica comercial, de tentar fazer melhor de ano após ano, é uma coisa que têm procurado fazer e obter o reconhecimento dos eleitos nesta Assembleia Municipal é sempre muito satisfatório. Tal como a iniciativa que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A dos Negros referiu, do Festival de Teatro, faz parte deste trabalho cultural, social que o Município tem, de promover a vida cultural das comunidades. O trabalho da Câmara Municipal tem sido feito através dos investimentos de apoio que existem, para que o teatro amador exista no Concelho de Óbidos. Têm mais de dez grupos e fazer um festival onde as pessoas se possam mostrar faz parte dessa estratégia. Devem continuar a desenvolver este trabalho e a aprofundá-lo cada vez mais. O Município tem intenções de ir mais longe e de olhar para estas questões, da nossa ruralidade e da nossa identidade, de uma forma que assista também à própria criação e à construção da cultura contemporânea, não só, repetidas tradições, ou de muita recuperação de iniciativas culturais centenárias, como têm em curso e em preparação, mas também a questão da criação contemporânea feita com as comunidades. Entre as várias pessoas que têm participado num projeto de grande dimensão que o Município de Óbidos tem estado a trabalhar, destaca uma pessoa da Assembleia Municipal, a Dr.ª Celeste Afonso, que tem participado num grupo de trabalho, que acabou de submeter uma candidatura à Direção-Geral das Artes, de um grande projeto cultural para os próximos quatro anos. A candidatura foi submetida na passada sexta-feira e, se for aprovada, trará condições de programação durante os próximos quatro anos, de dois mil e treze a dois mil e dezassete, de uma originalidade, de uma inovação e de uma diversidade cultural extraordinárias. É esse o trabalho que continuam a fazer. É esse o sentido do que estão a preparar. Aprofundar, serem ambiciosos, terem cada vez mais inovação, serem cada vez mais ricos desse ponto de vista. É um trabalho que tem que ser assegurado para os próximos anos. Fica muito satisfeito por poder ainda ajudar, como Presidente da Câmara Municipal, até ao último dia, a criar e a montar esse tipo de projeto que, seguramente, trará muitos benefícios às comunidades, ao Concelho, à comunidade artística, enfim, àquilo que estão neste momento a trabalhar e que agora será objeto de uma decisão que será conhecida lá para fevereiro. A ambição não para em matéria de desenvolvimento e da junção de desenvolvimento cultural com inovação, com vivência das comunidades, com as melhores cabeças sempre a aproximarem-se de Óbidos e a fazerem coisas muito interessantes. E uma coisa de não somenos importância, que é a capacidade financeira, de angariar financiamento público de grande dimensão, que assegura uma programação de oito meses por ano, durante quatro anos. É um trabalho que, a ser aprovado, revela a solidez e a originalidade do que estão a fazer.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que nunca se dá por vencido, apesar de ser o único a votar contra a situação da extinção das freguesias. Estava-se a referir a um recorte de jornal, do Jornal da Caldas, em que diz o mesmo do que disse aqui: “Freguesia do Sobral da Lagoa extinta com base em informações erradas”. Se quiserem lê o resto. Sabe que hoje a Freguesia do Sobral da Lagoa está em Assembleia para discutir esses assuntos, para deliberar sobre a situação deles.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE

ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E TREZE:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e dezoito, de dezanove de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação: I. As opções do plano e da proposta de Orçamento; II. Emissão de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais; III. Os objetivos estratégicos.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que, sobre os números, parece-lhe estranho o desvio que há nos valores deste orçamento, face ao que foi apresentado no programa de ajustamento, que foi recentemente aprovado, onde a Câmara Municipal tem uma previsão. Este programa de ajustamento foi apresentado há três ou quatro meses. Não lhe parece muito razoável que tenham discrepâncias grandes, como por exemplo, da receita corrente, que está aí estimada de doze milhões e meio e aqui venham cerca de mais de dezassete milhões de euros. Há, claramente, uma ideia de empolar estes orçamentos. Deve ser usual, deve ser normal e deve ser assim que se faz. Não pode deixar de fazer uma observação e de achar estranha essa política. Isto tem a ver, também, com os pressupostos que são aqui assumidos e que a Câmara Municipal tem e que são estranhos, às vezes. Do ponto de vista das estratégias e das decisões, são decisões políticas, muitas delas. A questão do parque tecnológico e dos edifícios centrais, que lhe parece um pouco exagerado e já discutiram, anteriormente, esse ponto. Mas são decisões da Câmara Municipal de alocar um milhão de euros ao parque tecnológico e não alocar a outras infraestruturas, a outras obras do Município, a outras atividades. São decisões, do ponto de vista político, e cada partido faz as suas. Não lhe parece que sejam, do seu ponto de vista e do ponto de vista do PS, as mais corretas. Estão mandatados para o fazer e a prazo verão as consequências dessas estratégias.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho desejou boas festas e leu o documento que a seguir se transcreve: “E chegámos ao último Orçamento desta maioria PSD em Óbidos. Era insultuoso não reconhecer que algo mudou em doze orçamentos. É preciso começar por afirmar que houve mudanças relevantes, algumas positivas. O investimento feito no parque escolar do Concelho é uma reforma que deve ser destacada como a mais positiva. Mas impõe-se igualmente louvar que tal só foi possível porque um Governo do Partido Socialista, mais um, definiu a Educação como a prioridade das prioridades. A oportunidade de requalificação de centenas de escolas em todo o País, com um investimento superior a mil milhões de euros, foi bem aproveitada por centenas de autarquias. Óbidos não foi a exceção, foi apenas mais um dos muitos municípios que fizeram parceria com o anterior Governo para requalificar a escola pública, ao mesmo tempo que se definia a rede e acabavam as escolas com poucos alunos sem centralidades nem massa crítica. Os três novos centros escolares de hoje, que não são os oito centros educativos como se prometia em dois mil e seis, conferem mais qualidade e maior potencial, que, a longo prazo, podem contribuir para mudar as impressionantes estatísticas educativas do Concelho e ser fator de desenvolvimento pessoal e económico. Foram feitos investimentos igualmente importantes no apoio à infância e aos mais idosos, em creches e lares, como o fizeram e fazem todos os dias os trezentos e oito municípios e muitas juntas de freguesia em todo o País. Óbidos mediatizou-se. Era errado não reconhecer o trabalho de publicidade e propaganda, com a proliferação de eventos, alguns com reconhecimento a nível nacional. Mas se esses objetivos se cumpriram, outros ficaram irremediavelmente pelo caminho. E doze orçamentos não foram suficientes para cumprir muitas das promessas que deram três maiorias absolutas ao PSD em Óbidos. Grandes e importantes promessas eleitorais nunca se concretizaram. Óbidos Património da Humanidade, a resolução dos problemas com os edifícios G's no Bom Sucesso, a despoluição da Lagoa, a requalificação do antigo campo de futebol de Óbidos. Projetos houve que falharam de forma retumbante como o Criatório das Ostras, o Óbidos Solar ou o projeto Fábrica de Chocolate. Estão abandonados projetos megalómanos como o Grande Auditório, os parques de estacionamento subterrâneos, a loja do cidadão, a Praça da Criatividade. O projeto “Eco Vila” é um fracasso total, sem que, ao longo dos anos, se diminuísse a fatura de energia no Município, desaparecendo do mapa o projeto do PSD no uso do biocombustível na frota municipal anunciado com pompa em dois mil e sete. Há muito foi abandonada a marca “Maça de Óbidos”, ou mesmo o há muito prometido parque eólico nas Cezaredas, as “Hortas Solares” ou a Central de Biomassa no Bom Sucesso. O Parque Tecnológico continua a ser a promessa que não se cumpre, e mesmo que dois mil e treze traga a concretização física dos projetos, muito ficará a faltar para que seja uma resposta concreta aos muitos problemas que enfrentamos. Para trás ficaram as “Antenas Museológicas” em espaços como o campo arqueológico de Eburobritium, o santuário do Senhor Jesus da Pedra, ou junto à Lagoa de Óbidos. Mesmo

obras bem intencionadas como o caminho pedonal do Ninho da Cegonha ou a ecopista são hoje memórias degradadas de um tempo faustoso em inaugurações. A barragem do Arnóia, importante e decisiva, está por aproveitar. Nem que fosse, como anunciou o Presidente no dia mundial do ambiente de dois mil e seis, para “criar uma zona de lazer com cafés, do género das “docas lisboetas”, junto à vila de Óbidos”. De todas as freguesias Gaeiras é certamente aquela que mais razões de queixa terá do Município. Não se concretizou o ambicioso projeto comercial, a requalificação do Largo de São Marcos, o Museu das Guerras Peninsulares, ou a nova sede da Junta de Freguesia. Promessas e promessas que aconselham prudência nas parcerias políticas em tempo de eleições. O desemprego de um problema transformou-se numa calamidade. Em novembro de dois mil e sete existiam trezentos e trinta e sete desempregados registados no Concelho. Em novembro de dois mil e doze são quinhentos e cinquenta e quatro, um aumento de quase setenta por cento em cinco anos que mostra bem que Óbidos não é o oásis tantas vezes anunciado e que as promessas de novos empregos não passaram disso mesmo. Hoje a própria Câmara contribui diretamente para essa calamidade. As dívidas a fornecedores de quase irrelevantes passaram a ser um problema grave de liquidez para o Município e para muitos empresários estrangulados. O Governo central lá obrigou Óbidos, como muitos outros municípios, a recorrer as PAEL como forma de aliviar a s suas finanças em ano eleitoral. A trinta e um de dezembro de dois mil e onze Óbidos estava a pagar, em média a trezentos e um dia aos seus fornecedores, ficando no grupo dos quarenta municípios que mais tarde pagam as suas dívidas. Estes são os dados oficiais mais recentes pois na informação de dois mil e doze o Município de Óbidos aparece misteriosamente como o único município em que os dados estão “sujeitos a confirmação”. Mas o dinheiro existiu. Fruto de alterações legislativas aumentaram-se taxas e impostos municipais, a localização de Óbidos permitiu o acesso privilegiado ao QREN, e assim foram gerados mais de duzentos milhões de euros em receitas municipais nestes mais de dez anos. O recurso ao endividamento, inicialmente recusado por esta maioria, e até criticado aos outros, tornou-se desenfreado, sendo hoje Óbidos um dos municípios mais endividados per capita do País. Milhões e milhões consumidos pela despesa corrente, que aumentou e muito, pelas empresas municipais e por eventos e projetos inconsequentes e não reprodutivos. Ao longo dos anos o PS concedeu o benefício da dúvida aos orçamentos do PSD. Rejeitámos liminarmente o célebre orçamento dos “quarenta e dois milhões” de tão empolado e irreal que era. E fizemos propostas maioritariamente rejeitadas ou ignoradas pela maioria. Aconselhámos prudência na despesa e no endividamento, procurámos redirecionar o investimento para atividades reprodutivas, exigimos rigor e realismo orçamental, fizemos oposição sem tréguas às empresas municipais, propusemos o Orçamento Participativo. Regressados à realidade dura, de uma crise de que Óbidos faz parte integrante, este Orçamento cumpre aquilo que sempre antecipámos, a difícil gestão financeira quando desaparecesse o furor do imobiliário, quando surgisse o estrangulamento das dívidas e a insustentabilidade da despesa corrente. Este orçamento marca o fim de um ciclo. Se não de um ciclo político, decisão que fica para os cidadãos de Óbidos em outubro de dois mil e treze, de um ciclo orçamental de aparente abundância, de falta de rigor e de opacidade. Ficou guardado para esta maioria do PSD, como merecia, que o seu último orçamento fosse o primeiro do garrote orçamental acordado como Governo Central que vigorará até dois mil e vinte e seis. Os obidenses é que não o mereciam. Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vale a pena fingirmos que sabemos o que não sabemos, que podemos o que não podemos. Mas vale a pena lutar por aquilo em que se acredita. O melhor da Democracia está na mudança, na capacidade de se renovar e de assim renovar a sociedade que serve. Esta oposição do Partido Socialista em Óbidos não está satisfeita consigo mesma. Não tiveram no passado a capacidade de convencer a maioria dos cidadãos a confiar em nós, a aderirem ao nosso projeto político, às nossas ideias. E se não fomos um obstáculo a esta maioria, fomos oposição construtiva, com algumas propostas a serem acolhidas de forma discreta fora do seu tempo, porque feitas no tempo próprio.”-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se o documento que o Senhor Deputado Luís Carvalho estava a ler pode vir a trazer alguma coisa em relação ao ponto que estão a discutir. Até agora, segundo entendeu, não tem nada em relação ao ponto em causa.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse para o deixar chegar ao fim e depois o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal faz a sua análise. Continuou a ler o documento: “Estes dias que correm desaconselham posturas fraturantes, mas são de rejeitar unanimismos bafientos. O que nos define não são as vitórias eleitorais, os cargos, os lugares que ocupamos ou viremos a ocupar, mas os valores pelos quais regemos a nossa existência. Esta oposição do Partido Socialista em Óbidos nunca cedeu, nunca se rendeu,

nunca se insinuou à maioria. Recusámos viver entrincheirados, vergados à ditadura dessa maioria. Mantivemos vivos os bastiões próprios do Partido Socialista, recusámos a facilidade e o conforto da proximidade ao poder. Outros optaram por esses caminhos mais fáceis e confortáveis e esses, mais uma vez, vão ajudar a aprovar, sem pejo nem crítica, mais um orçamento, o último, desta maioria do PSD. Muito obrigado pela sua paciência Senhor Presidente.”-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que este orçamento não é mais do que um decalque dos três orçamentos anteriores. Não traz nada de novo. Vão ter mais do mesmo. É um orçamento em que não acreditam, porque nunca são cumpridos. A Óbidos Criativa, deve ser para fugir ao controle da Assembleia Municipal, não tem orçamento. Fala-se tanto da Vila Natal e dos frutos que está a dar, mas o orçamento da empresa não consta aqui. Isto só significa, e é a amostra daquilo que todos sabem, que a Câmara Municipal tem dificuldades financeiras. Tem dificuldades financeiras ao ponto que, na avaliação do PCP, não vai cumprir nada disto. Assim como não tem cumprido e agora ainda menos.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que já estranhava, já cá faltava, mas não pensou que a demagogia fosse tão longe, que os erros fossem tantos, e que é mesmo para o Senhor Deputado Luís Carvalho. Perguntou como é que se consegue dizer este rol de demagogias, de continuar a repetir um conjunto de coisas que, felizmente, tiveram aqui algum período que não as ouviram. Uma data de erros. Isto não é o último. Se estava a referir-se a eleições, olhem para o que têm feito nos últimos tempos e vão ver, vão ver o que é que vai acontecer. Isto não é o último. Isto, felizmente, tem sido algo que estes executivos têm vindo a desenvolver ao longo dos anos. O vosso registo é que é sempre o mesmo. Foi o mesmo que há bocado o Senhor Deputado João Lourenço teve e que a si, pessoalmente, lhe cria alguma aversão. Fazerem um elogio e logo atrás trazerem um veneno. Querem fazer-se mais do que são, como se as intervenções do PS tivessem melhorado algo do que tem vindo a ser feito. Como se as vossas intervenções fossem estruturantes em algo daquilo que tem vindo a ser feito. Isso é algo que não tem acontecido. Só quem não acompanha, só quem não conhece a realidade do que é o trabalho deste Executivo, do que é os munícipes a intervirem nas atividades que este Executivo e as empresas têm desenvolvido, do que são as associações a intervirem, do que são as freguesias, é que não tem vergonha de dizer isso, é que não tem vergonha de vir para aqui dizer, de se fazerem mais do que são, que contribuíram. Mas contribuíram com quê? Mas contribuíram onde? Ao longo destes anos ainda não perceberam que um conjunto de coisas têm vindo a ser debatidas por cortesia, porque é assim que se faz a democracia, porque a Câmara Municipal, porque o Senhor Presidente da mesma, vem aqui e traz ideias e põe ideias que o PS não aproveita e não as desenvolve. A única coisa que querem é logo deitar abaixo. Depois vêm para aqui dizer porque não se fez isto, porque não se fez aquilo. E aquilo que se fez? E a quantidade enorme de coisas que se fez? Essa conversa a defender o anterior governo PS. Tinha vergonha de vir para aqui dizer uma coisa dessas. O que tem vindo a demonstrar ao longo destes anos é este conjunto de demagogia e até um certo formalismo e uma certa pomposidade na forma como faz aqui o discurso final. Mas final do quê? O que é que fizeram nestes últimos anos que aqui estão? Que propostas, em concreto, é que apresentaram? Ouve ali, quando vinha a descer, agora justifique-se lá. É esta a dignidade que se traz a esta Assembleia Municipal? Façam o trabalho de casa, fundamentem a coisa. Porque não se fez isto, porque não se fez aquilo e nós demos uma opinião. Mas qual opinião? A única coisa que tem assistido nestes últimos anos é tentarem denegrir. São estes presentes envenenados, “olhe que isto era bom, mas lembram-se quando há uns anos não era, e eu disse”. Não disse nada, não fez nada, não propôs uma única coisa. Vamos pôr a coisa no sítio certo. Retomando o ponto, porque acaba por se dar importância a mais a quem não a tem, é um orçamento equilibrado, as contas foram justificadas. Inclusivamente, essas discrepâncias foram apresentadas e o Senhor Vereador Humberto Marques apresentou-as muito bem da última vez. Força, para uma ano que se perspectiva, infelizmente, mau, a nível nacional, para que em Óbidos, ao menos, se consiga, e tem-se vindo a conseguir, viu-se isso até nos eventos e nas obras que têm vindo a ser feitas, uma dinâmica diferente, uma dinâmica positiva, uma dinâmica em que este Executivo está com associações e com os munícipes, para levar este Concelho em frente.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não pode compreender, nem pode aceitar a interrupção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com o devido respeito que lhe merece e pela admiração que tem, para a maneira como tem dirigido a Assembleia Municipal. O que se passou foi de apresentar um documento político que é perfeitamente adequado ao momento presente, em que se trata de



um ponto da Ordem de Trabalhos que é a pedra angular de toda a administração política de uma Câmara. Sendo isto o ponto essencial e a pedra angular de todas as determinantes do funcionamento de uma Câmara, quer no aspeto administrativo, quer no aspeto de gestão, quer no aspeto político e político-financeiro. É perfeitamente adequado que os princípios e as ideias que norteiam cada um sejam expostos. Não há razão nenhuma, mesmo que assim não fosse, para fazer qualquer observação a esse respeito. Pensa que essa observação não foi correta, e de forma nenhuma diminui a maneira como tem sido dirigida esta Assembleia Municipal, que merece, da mesma forma, a sua completa concordância, mas neste caso não pode deixar de passar sem criticar uma intervenção que mais não fez do que cercear a corrente de pensamento. Se fossem a ver quantas horas seguidas, sobre assuntos que não têm a ver para aqui, têm sido aqui expendidos, mas em intervenções longas, de mais de meia hora, e nunca ninguém fez qualquer coação ou tentou cortar a palavra. Não pode deixar passar sem mostrar a seu desagrado. Quanto à intervenção do Senhor Deputado José Capinha, voltou outra vez à mesma tese do costume. Desta vez não houve o rol de insultos que costuma haver, não quer dizer que sejam só dele. Tem uma lista com o rol de insultos. As intervenções que fazem vêm sempre cevadas de veneno. Elas vêm cevadas é de um ataque pessoal. Há sempre, nisto, ataques pessoais, há sempre interesse em analisar os problemas no seu aspeto exclusivamente autárquico ou político, mas há sempre um ataque *ad hominem*, sempre um ataque pessoal. Desta vez limitou-se a dizer “vocês não têm vergonha”. Isto não deixa de ser um ataque pessoal. É contra os ataques pessoais, que não são os únicos. Encontrou a lista de casos, a saber: Nunca apresentaram propostas – Quatro pontos no orçamento de dois mil e cinco; projeto de alterações do Regulamento das Feiras; proposta de anulação da taxa voluntária dos estabelecimentos de Turismo; proposta do hospital para o Concelho; proposta de remodelação das canalizações; proposta de alteração do organigrama da Câmara; proposta de alteração das posturas; proposta de Regulamento das Medalhas da Câmara; proposta de alteração às bombas de gasolina; seis alterações ao Regulamento da Assembleia. Não estão todos. Isto são alguns que, ao longo do tempo, foi colecionando.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que gostava de ver nesta Assembleia Municipal a discussão do ponto em questão. Gostava de saber, além de uma ou outra palavra sobre este assunto, quem é que já trouxe este assunto à discussão. Lembra-se de umas palavras do Senhor Deputado João Maria Lourenço, algumas, poucas, do Senhor Deputado Custódio Santos e não se lembra de mais nada. Têm estado a debater politicamente. O Senhor Deputado José Capinha também disse algumas palavras sobre o ponto. De resto, não se lembra de mais palavras sobre o mesmo. Em relação à sua intervenção, só tem a dizer isto e não se pronuncia mais sobre o assunto.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que é infeliz e é incrível, o Senhor Deputado José Capinha vir aqui, mais uma vez, dizer aquilo que já sabem. A maioria PSD aqui não respeita a oposição. Nunca o Custódio Santos foi convidado para discutir um orçamento, nem o PCP. Já vão para o quarto ano e nunca foram ouvidos e achados. Nunca respeitaram a oposição. É, quero, posso e mando e é demagogia, mais demagogia e acabou-se. É a forma de fazerem política. Mais uma vez lhes vai dizer que apesar das pessoas não fazerem muito caso da política, vão pagá-las bem pagas.-----

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita desejou boas festas. Deu uma vista de olhos pelo orçamento. Em termos de investimento, viu que está lá um valor relativo à estrada Olho Marinho – Covões. Uma vez que há projeto para os passeios da estrada principal no Olho Marinho, perguntou se está previsto algum valor para essa obra, que a população pede e que gostariam de ver iniciada. Realçou o esforço que a Câmara Municipal tem feito junto das Freguesias. Os protocolos estão em dia. Agora, vem, mais uma vez, à Assembleia Municipal e no orçamento um valor para as freguesias. Pensa que, devido ao esforço, não podia deixar de dizer isso, desses valores estarem em dia.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que se queria referir a dois aspetos que foram aqui levantados. O primeiro tem a ver com aquilo que foi levantado pelo Senhor Deputado João Maria Lourenço, sobre o milhão de euros que está no orçamento para o parque tecnológico e as outras considerações têm que ver com aquilo que está no orçamento, mas não foi aqui dito, ou falado. Tem que ver muito com a intervenção do Senhor Deputado Luís Carvalho, que talvez tenha sido a intervenção mais de fundo da bancada do PS e que a seu ver pecou por aquilo que tem sido uma característica dessa bancada em contraciclo com a bancada do PSD e com o Executivo da Câmara Municipal, que é a falta de criatividade na própria crítica que é feita. Se há uma falta de criatividade, há o repetir de lamúrias, que são assim *mortativas*, que tem a ver com a morte de uma bancada que já há muito tempo que vem agonizando, de

uma forma, mais ou menos, moribunda, na argumentação que traz e que é aquela lamúria só, sem um facto positivo. Mesmo o facto positivo que foi destacado, foi logo anulado, no fim. Começou por se congratular com a candidatura da Câmara Municipal ao PAEL e depois veio, no fim, a lamuriar-se disso como um facto negativo do endividamento da Câmara Municipal. O que trouxe aqui, as lamúrias que fez, foi a criação de ostras, foi os ventos aproveitáveis energeticamente nas Cezaredas, foi a maçã de Óbidos, foi o Museu da Guerra Peninsular, foi aqueles edifícios que foram construídos e que foram clandestinos e estão em esqueleto, entre os eucaliptos, no Bom Sucesso, foi a biomassa. Não sabe se falou na piscina olímpica marítima da Foz do Arelho, que já aqui foi trazida, ou da Lagoa. Estava preocupado com as novas docas. Enfim, um conjunto de preocupações, daquilo que falava em promessas, e que eram projetos e ambições, e muitas delas de complementaridade. Não são propriamente centrais como elementos de dinamização estratégica da vida do município e da atividade da Câmara Municipal. Mas não falou no resto. Primeiro, no aspeto puramente material. O último orçamento do PS aqui na Câmara Municipal era um orçamento de sete milhões de euros. Era o que havia. Boa parte era para pagar dívida. Equipamentos novos e investimentos novos não era possível fazê-los, nem eram feitos, não se pagavam sequer e ficavam parados aqueles que se tinham em mãos. De sete milhões de euros passou-se para trinta e dois milhões neste orçamento. Já houve mais, no tempo em que Portugal não tinha chegado ao colapso económico em que está e financeiro. Portanto, a capacidade de agir foi multiplicada por quase cinco. Não é motivo para nos lamentarmos, pelo contrário. A atividade municipal teve aspetos verdadeiramente extraordinários que aqui não foram ditos, e com eixos estratégicos do desenvolvimento. A grande aposta na educação, com investimentos brutais feitos nas novas escolas, feitos na requalificação da escola antiga, uma rede de lares e de creches, equipamentos desportivos, relvados sintéticos em muitas freguesias, as piscinas municipais, uma aposta grande no bem-estar social, na saúde, na terceira idade, uma aposta enorme na cultura e no património cultural, um calendário de eventos que os orgulha, enfim, aquilo que foi desenvolvido por este Executivo nos últimos dez anos, em aspetos muito positivos e muito concretos de efeito na vida de todos, não foram sequer referidos. A propósito da discussão do orçamento, estas apostas estão lá e não falou aqui na aposta da economia criativa e no parque tecnológico. Aquilo que foi aqui criticado pelo Senhor Deputado João Maria Lourenço, por estar um milhão de euros no orçamento para os edifícios do parque tecnológico, tem que ver com uma alteração da estratégia para a dinamização do parque, tem que ver com o investimento de cinco milhões de euros, em que o Município não chega, sequer, a pagar um milhão. São à volta de novecentos mil. Esse investimento que está a ser feito é completado por grandes investimentos que estão a ser feitos, é completado com outro que é a requalificação da Escola Josefa de Óbidos. Estão no orçamento sete milhões de euros. É bom saber que desses sete milhões de euros, a comparticipação do QREN é de oitenta e cinco por cento e a comparticipação da Administração Central é de quinze. É bom saber que no orçamento do parque tecnológico, destes cinco milhões, os outros quatro não saem sequer do orçamento do Município, são comparticipações diretas do QREN. Isto serve para dizer que ao contrário do que aqui, de algum modo, foi dito, que apesar dos constrangimentos que existem em todas as finanças públicas, Óbidos continua a angariar investimentos, com uma comparticipação financeira mínima, relativamente ao custo total das infraestruturas que estão a ser feitas, numa aposta estratégica no desenvolvimento, seja na educação, seja nas economias criativas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que fica difícil, com as intervenções que foram feitas, tentar perceber por onde é que se deve começar. Existe hoje uma Assembleia Municipal em Óbidos, com a presença de jornalistas, que costumam acompanhar a grande maioria das Assembleias Municipais. E costumam porquê? Porque Óbidos dá notícias. Óbidos, por regra, desperta interesse na opinião pública do país. Por isso, os jornalistas costumam vir. Portanto, é importante perceberem qual é a notícia hoje, aqui. Se é estarem a repetir um conjunto fastidioso de argumentação, que foi referido, é tão cansativo, por ser tantas vezes referido, até à exaustão, que não lhe parece que isso seja notícia. A notícia é que o orçamento da Câmara Municipal foi aprovado sem nenhum voto contra, na Câmara Municipal, entre os seus sete membros. Isso é uma notícia. Outra notícia é saber como é que os membros da Assembleia Municipal de Óbidos se comportam perante um orçamento que tem trinta e dois milhões de euros previstos, que por vontade do Executivo teria, pelo menos, menos dois, vírgula, seis milhões, se tivesse sido transferida da Administração Central uma verba que poderia ter entrado este ano e que não entrou. Com receio que isto viesse a acontecer, a previram para o orçamento de dois mil e treze. Notícia é um concelho no meio da crise ter catorze milhões de investimento, treze dos quais a iniciar e metade dos quais já iniciou. Isto é

notícia. É a criação de condições de desenvolvimento social, de desenvolvimento empresarial e de condições de conforto urbano, nomeadamente nas obras de saneamento, nas várias empreitadas que vão arrancar em dois mil e treze. Isto é notícia. Como é que um concelho de dez mil eleitores tem treze milhões de obras lançadas. Isto é que é notícia. O resto é espuma. Compreende que um deputado não perceba porque é que Óbidos vai meter novecentos mil euros no parque tecnológico. Porque não percebeu que recebe cinco. Compreende que ele não perceba. Mas há quem tenha habilidade para fazer política e há quem tenha habilidade para fazer outras coisas. Decididamente, o Senhor Deputado João Maria Lourenço tem revelado, tantas vezes, uma inabilidade nas suas posições. Fique lá com os relatórios e com as coisas que faz na sua vida profissional que, seguramente, há-de fazer bem. Agora, há uma coisa que não consegue compreender. É ter a sul de Coimbra o único município que tem acesso a financiamento comunitário, fundo perdido, para infraestruturas de ciência e tecnologia. Há um membro da Assembleia Municipal que não consegue perceber e se fosse ele tinha outra opção. Leiria não tem. Alcobaca não tem. Caldas não tem. Torres não tem. As cidades maiores ficaram todas a definir outro tipo de coisas. Foram os únicos que lutaram, que trabalharam e que se inseriram numa rede de ciência e tecnologia. Os rendimentos que isto provoca, do ponto de vista de desenvolvimento económico, para os próximos dez anos, são incomensuráveis, hoje. Porque a capacidade de atração que este meios financeiros permitem, com a criação de condições e com a criação de modelos de gestão inovadores, têm que trabalhar, terão capacidade, não para fazer setenta novos contratos, como fizeram nos últimos três anos, em que andaram a encubar a sua relação com alguns dos melhores empreendedores do país, que se aproximaram de Óbidos e que era uma coisa que Óbidos não fazia, Óbidos não atraía a comunidade de inovação na país. Acerca de poucas semanas lá estavam como parceiros na *Silicon Valley Comes to Lisbon*, uma iniciativa que aconteceu na cidade de Lisboa, e nesta rede dos outros projetos públicos, do que acontece em Lisboa, do que acontece de mais importante no país. Acederam a essa comunidade e criaram condições que nem eles têm capacidade de criar, porque não souberam apresentar projetos, ou uma estratégia em devido tempo, e é isso que vai começar nos próximos dias, ao pé da A oito, entre Óbidos e Caldas da Rainha. É um projeto que não é apenas um projeto de Óbidos. É um projeto muito maior e é um projeto com impacto que vai, naturalmente, e que responde a uma espécie de mudança face à crise que aconteceu. Não podem estar à espera de venda de lotes. Têm que avançar e têm que arranjar financiamento para isso, para que as pessoas possam estar uma hora, um dia, uma semana, um mês, um ano, o que for, com uma gestão inovadora em novas instalações. Esse é o modelo que estão a trabalhar, estas são as novidades que têm para dizer ao país e estas são as notícias que têm no orçamento. Não vale a pena tentarem enganar gente inteligente. Existe um princípio, uma determinada intervenção que é: andamos a dizer há anos que isto é assim e assim. Mas se os resultados eleitorais são tão esmagadores, o que é que os eleitores são? Burros? Ignorantes? Não se pode construir a política com intervenções em que partem do princípio que o eleitorado não é esclarecido. E que há um grupelho que é esclarecido. O Município tem andado a fazer um conjunto de asneiras e a prometer um conjunto de coisas, mas o eleitorado nunca percebeu que foi enganado. Nós bem avisamos. Não avisaram coisíssima nenhuma. Poderia ter começado de outra maneira. Poderia ter começado e felicitado o Senhor Deputado Luís Carvalho, que julgou que tinha hibernado. Tinha hibernado dos blogs, tinha hibernado da linguagem bloguista, tinha hibernado da Assembleia Municipal de Óbidos, tinha hibernado da política, tinha hibernado de todos os tachos que viveu nos últimos anos. Estas reações históricas, inqualificáveis. Julgou que este desaparecimento - se não gostam do termo hibernado - do órgão municipal nos últimos anos, tinha que ver com uma espécie de recolhimento e uma espécie de nova serenidade, que poderia, de alguma maneira, ter descido com algum afastamento destas lides. Mas vê que não. A mesma técnica: escrever a intervenção, passar aos jornalistas, trabalho feito. O que se passa aqui é muito mais do que isso. Lamenta que não gostem dos termos que possa utilizar. Usa estes termos em defesa de muita gente. Em defesa de comunidade e de um concelho que não merece que, perante o trabalho, perante o esforço e perante tanta asneira que tem sido feita neste país, ter um Concelho como está, ainda assim, tenham aqui uma intervenção que pretende descentralizar completamente este posicionamento que Óbidos hoje ganha e consegue afirmar-se com este orçamento. Está a falar no orçamento. Está a falar do instrumento que reflete este esforço, esse trabalho, esta energia, estes projetos, estas ideias e esta inovação, que é este orçamento. Vir com a mesma argumentação de dois mil e seis, dois mil e cinco, dois mil e sete. Até há pouco se falou nas tendas que é uma coisa que foi em dois mil e seis. Regressemos a dois mil e doze e ponham os olhos em dois mil e treze. E os disparates, as

mentiras. Então o parque municipal foi obra do governo PS? Se fosse tinham aceite os convites para inaugurar essas obras. Zero. A Senhora Ministra da Educação disse que Óbidos não precisava de nenhuma escola nova. Vir aqui, depois destes anos todos, argumentar, a dizer que se fez um parque municipal espetacular, mas isso foi obra do governo PS. Estão a brincar com as pessoas, estão a partir do princípio que é tudo uma cambada de ignorantes. Isto é que é um insulto. Isto é que é uma falta de respeito. Isto é uma falta de decência. É uma falta de decência repetir mentiras atrás de mentiras. A responsabilidade na incapacidade que Óbidos teve de concretizar muitos destes projetos deve-se, aí sim, ao governo central, em muitas situações que disse. Quartel da GNR, Loja do Cidadão, Lagoa de Óbidos, Criatório de Ostras. O Senhor Deputado Luís Carvalho não sabe o que é que se passa em cada um destes dossiês. Por isso é que diz que isto é uma linguagem bloguista, naquela vertente irresponsável, de quem afirma tudo de modo leviano. Aí, há muito tempo que eram trazidas intervenções desta natureza. Mas voltam a ter, com mais ou menos histerismo. O Concelho de Óbidos não está aqui para aceitar, nem a Câmara Municipal, nem o seu Presidente, que se digam disparates como o fracasso do Óbidos Solar, que ganhou o maior prémio ambiental em Portugal. Só ainda não foi mais longe, mais uma vez, por responsabilidade do governo central, que é o denominador comum. Todos sabem que o Município não consegue concretizar muitos dos seus projetos, não é pela sua incapacidade. É pela incapacidade de outros. É pela incapacidade do país, do que quiserem. Foram eleitos em dois mil e nove e é neste registo que deveriam estar aqui atentos. Em dois mil e nove o eleitorado não tem nem uma única obra apresentada pela equipa que liderou. Nem uma. Há uma brochura em que apresenta apenas as candidaturas, as que estão aprovadas e as que não estão aprovadas. Informação objetiva. Mas continuam como se estivessem no mandato anterior. Isto é lamentável, porque, de facto, pensava que já tinham evoluído e, inclusivamente, esta ausência, que por um lado revela uma falta de respeito, isso sim, pela Assembleia Municipal. Está aqui a cumprir a sua obrigação, não está aqui porque lhe dá jeito. Sobre esse ponto de vista, não estava. Não está aqui - nem crê que a maioria destas pessoas que está aqui nesta Assembleia Municipal - a não ser para cumprir uma coisa a que se candidataram e que quiseram fazer. Acha inaceitável vir a uma Assembleia Municipal, continuar a fazer um ataque, depois daquilo a que assistiram nos últimos tempos. Na questão concreta do orçamento e da situação, tem pena dos Presidentes de Junta. Não houve uma palavra. Agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, que está claramente na bancada errada. Não tem nada a ver, a intervenção dele, com a intervenção dos colegas. Sobre se lá para a sua terra as obras vão ser feitas ou não, isto é que é. Agora, estarem aqui com estas divagações e estes ataques secos e depois com estas reações de gente muito ofendida, como se não conhecessem a classe política que têm. Como se não conhecessem o trajeto de muita gente. E como se fosse um insulto referir isso. Ou mesmo usar uma linguagem mais plebeia, que é assim que as pessoas a qualificam. Para tudo isto há uma explicação, até mesmo para as hibernações. Talvez, por o Natal estar a ser mais quente, há agora umas aves que começaram a chegar junto da Lagoa de Óbidos, depois voam para outras partes. Tem ali um Professor Catedrático de Biologia que explica isto como ninguém. Mas, possivelmente, esta migração a que estão a assistir faça parte, também, de uma certa cegueira política, claro, que tem existido nos últimos tempos. A Câmara Municipal é responsável pelo Plaza não se ter feito. Há sempre um piscar de olho à Junta de Freguesia das Gaeiras. Deve haver sempre uma esperança de que o Presidente da Junta das Gaeiras seja o candidato do PS do futuro, ou qualquer coisa do género. Ataca-se tudo, mas as Gaeiras é sempre uma vítima. As Gaeiras não tem lá um investimento porque o governo PS demorou, com as regras que tem, cinco anos e meio para aprovar um plano de pormenor. Toda a gente sabe isso. Têm situações, como estas das freguesias, ou situações como estas do PAEL, por pura e exclusiva responsabilidade do governo anterior, entre muitas outras coisas. A Câmara Municipal gasta metade do que prevê gastar em funções sociais. O que é que isto quer dizer? Concordo ou não concordo com este modelo. Esta é que é a questão. Mas não, não há nenhuma pergunta. Com as funções sociais, com questões urbanísticas, com os apoios às Freguesias, com uma série de coisas que estão integradas também nas funções gerais. Um aumento de trinta e quatro por cento de investimento na área social. Na sua despesa corrente, isto é, na prestação de serviços que geram comodidade, conforto, equilíbrio, ajuda e intervenção social no Concelho. E isto, nem sequer é lido, nem sequer é percebido, nem sequer é questionado. Não há nenhuma pergunta, o orçamento não interessa. Interessa a oportunidade para se falar de tudo, menos do orçamento. A verdade objetiva é essa. De tudo menos do orçamento. Tem equilíbrio orçamental, não tem, respeita as regras, do que é que estão a falar. Porque é

que é de trinta e não de vinte e cinco. Porque é que as opções são estas. Nessa medida, o que o Senhor Deputado Luís Carvalho veio fazer não deixa de ser uma espécie de participação tardia, serôdia, da iniciativa que o Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho aqui louvou. E que tem cabimento, mas não é numa Assembleia Municipal, é na Casa da Música, quando está a realizar o Festival de Teatro, porque é disso que o Senhor Deputado Luís Carvalho sabe fazer. Uma encenação, uma pura encenação. Este orçamento é um orçamento de muita consistência, de uma solidez que não pode ser minimamente beliscada com este tipo de análise e com este tipo de caracterização que, naturalmente, rejeita e defende. Pediu à Assembleia Municipal que faça o mesmo que a Câmara Municipal fez. Tem as suas representações. A Assembleia Municipal é soberana para decidir como mais lhe convier e entender. Em Óbidos têm uma situação perfeitamente equilibrada. Têm uma noção de corte financeiro, de racionalização, de ajustamento. Ninguém falou na dívida, mandam-se uns palpites sobre a questão dos fornecedores, como se tivessem sido uns malandros e andassem a criar dívida para fazer mamarrachos, que também ninguém sabe onde é que eles estão. A dívida que é criada é para cumprir muitas destas funções, das sociais às outras. Começou a ser maior quando a Câmara Municipal fez um esforço de fazer antecipadamente uma espécie de resgate no plano de desenvolvimento social, com a construção de um parque municipal, onde teve de meter muito dinheiro. É a partir daí e com o fenómeno da crise e o abaixamento de receitas próprias, que o Município tem necessidade de racionalizar a sua despesa e fazer corte, como fez este ano, em que conseguiu cortar dois milhões na sua dívida. Podia baixar ainda mais dois, vírgula, seis se a Administração Central tivesse transferido as verbas de que estavam à espera no quadro do PAEL, a que esta Assembleia Municipal e esta Autarquia se candidatou. A prioridade no pagamento, no encurtamento dos prazos e na responsabilidade, do ponto de vista da gestão, é enorme e está demonstrado no orçamento. Revela-se nesta discussão, pelo menos uma coisa: que não há capacidade de perceber o orçamento que têm à frente. Não há capacidade técnica, não há capacidade política, não há capacidade cívica para o poder apreciar. Só espera que depois de tanta descrição e de um texto tão pensado, sem confrontar o orçamento, pelo menos que tenha a hombridade de votar contra, para ficar isolado, para ficar isolado em relação aos Presidentes de Junta, para ficar isolado em relação à maioria, para ficar isolado em relação aos seus colegas na Câmara Municipal, os seus colegas de lista. Porque quem abandona a Assembleia Municipal está isolado. Quem abandona os cargos para os quais são eleitos, das duas uma, ou não mostra respeito pelos eleitores, ou pretende fazer outra coisa que não dar contributos para o desenvolvimento da terra onde se candidataram. Estas chamadas grandes opções do plano e este orçamento e o PPI e PAM, enfim, todos estes investimentos previsionais estão sobejamente explicados e estão perfeitamente percebidos por quem quer perceber, e por quem quer fazer as coisas a sério. Não fazer a obra no Olho Marinho. É uma obra ambicionada, desejada. Houve muitas coisas que já queriam ter feito há muito tempo. Só conseguiram meter agora três empreitadas de saneamento, cujos projetos estão feitos há anos. Investiram nos projetos para as fazer. Mas só houve possibilidade de haver investimento para fazer essas requalificações agora. Abriu uma candidatura durante o mês de Outubro, com quinze dias. Quem não tivesse projetos feitos ficava de fora. Reagiram rápido, conseguiram apresentar as candidaturas e têm capacidade para as fazer. Não andam a dizer que vão fazer as obras. Um político sério sabe quando é que o Município tem capacidade para fazer e quando é que não tem. No que disse há pouco, em matéria cultural, não têm despesa. Fizeram uma candidatura, há um acordo, em que disse que têm uma grande capacidade financeira, um projeto para quatro anos, muita programação, muita coisa que vai acontecer, no âmbito dos acórdãos tripartidos, em que entram com a estrutura. O Senhor Secretário de Estado da Cultura e o Senhor Diretor-Geral das Artes perceberam uma coisa que se passava, que é o esforço que as Autarquias têm em Portugal, tem que ser valorizado. Têm meios, tem recursos, que valem dinheiro. Não fiquem a pensar que vão investir, que vão aumentar a despesa, que vão gastar mais. Não vão gastar mais. Com o que têm conseguem angariar mais financiamento. Essa é a luta do futuro. Se alguém tinha aqui intenção de fazer um número nesta Assembleia Municipal, para mandar a baixo o entusiasmo, a expectativa e a atitude construtiva que Óbidos tem para partir para dois mil e treze, acha que a votação sobre este assunto dará uma clara resposta em relação a isso. -----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que a sua intenção foi só para perguntar qual é que era a razão da diferença de valores. Não precisa de explicar agora. Foi ao encontro da sua questão. Foi tentar perceber por que razão é que tinha sido apresentado um documento à administração central e por que razão é que era apresentada à Assembleia Municipal um documento diferente, com valores diferentes.

Depois, foi tentar entendê-lo e perceber o que é que estava aqui. Queria só que o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmasse sim, ou não, porque foi esse o entendimento com que ficou. Não há nada neste Município que não se faça por responsabilidade desta Câmara Municipal? Tudo o que não se faz é por culpa de outros? Foi isso que entendeu ou não? Queria perceber, porque dos exemplos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não há nada que não se faça neste Município que seja responsabilidade da Câmara Municipal. É o governo central, é os tipos da União Europeia, é o Município do lado, é A, B ou C. Acaba por não se perceber onde é que ficam. -----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que não era sua intenção voltar a usar da palavra. Remete para o texto que leu e para a sua declaração, que lamenta, tenha gerado a perturbação da Assembleia Municipal. Lamenta que tenha gerado este desconforto numa bancada, como noutra, em reação ao desconforto que causou na bancada do PSD. No entanto há aqui assuntos que foram levantados e pensa que se calhar o seu silêncio poderia, eventualmente, contribuir para alguma confusão em torno daquilo que é o seu entendimento quanto a alguns destes aspetos, que julga que deve esclarecer. Em primeiro lugar foram aqui feitas referências a que foram aqui repetidas mentiras. Não viu, nas várias intervenções que aqui foram feitas e que se referiam à sua intervenção, não ouviu uma única referência que procurasse desmentir aquilo que foram os factos que expressou na sua declaração. Falou sobre questões relacionadas com o endividamento, falou em questões relacionadas com o desemprego e não se recorda de ter sido desmentido relativamente a questões tão sérias e tão importantes. Não se recorda de ter sido desmentido relativamente a cada uma delas. Julga que a utilização da expressão de que foram aqui usadas mentiras, remete as pessoas para aquele que é o seu texto, para que, se calhar, com outra serenidade, as pessoas possam apreciar e possam depois elencar aquelas que foram as mentiras que aqui veio proferir. Há, de facto, aqui, sempre uma grande preocupação em discutirem o orçamento. E, de facto, era importante discutirem os orçamentos da Câmara Municipal. Mas os anos têm demonstrado que se torna muito mais importante esperar uns meses e, infelizmente, discutir a conta dos orçamentos, do que propriamente discutir os orçamentos. O que verificam é que passados uns meses as contas vêm, claramente, dar uma imagem muito mais real daquilo que deviam ter sido os valores apresentados nos orçamentos, do que aqueles que efetivamente foram previstos pela Câmara Municipal e aprovados por esta Assembleia Municipal. Não dá nenhuma novidade. Dentro de uns meses aqui estarão a discutir a conta do orçamento da Câmara Municipal para dois mil e doze e, certamente, irão constatar mais uma vez essa grande discrepância. Não foi só em programas eleitorais que estiveram inscritas promessas eleitorais do PSD. Recordou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de que orçamentos que vieram à Assembleia Municipal tinham as promessas do PSD inscritas nesses orçamentos que foram aprovados nesta Assembleia Municipal. Não foi em estratégias eleitorais, meramente, e nos programas eleitorais que o PSD fazia referência a essas expectativas aos seus eleitores. Não. Nos sucessivos orçamentos que aqui vieram existiam rúbricas específicas que contemplavam essas promessas eleitorais. Se for necessário, lá irão a esses mesmos orçamentos picar cada uma dessas promessas eleitorais, que foram desaparecendo ao longo dos orçamentos. Depois houve aqui uma acusação de falta de criatividade, relativamente à sua intervenção. Realmente não consegue acompanhar a criatividade de outros. A sua intervenção aqui não teve nenhuma criatividade. Foi apenas referir aquilo que são os factos. De facto, falta-lhe essa capacidade para a criatividade. Falou aqui o Senhor Presidente da Câmara Municipal de um conjunto fastidioso de promessas. Houve uma altura em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando falou delas, não as considerava fastidiosas. Hoje, elas, pelos vistos, tornaram-se fastidiosas, mas na altura em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal as anunciava aos jornalistas, nessa altura, de facto, não as considerava fastidiosas. Preocupa-o o que é que vai ser a notícia desta Assembleia Municipal. Também espera que aquilo que são as boas notícias prevaleçam sempre, relativamente às más notícias. Mas alguém, muitas vezes, tem que dar as más notícias. Não se pode, permanentemente, estar a ouvir as boas notícias, principalmente quando essas boas notícias, infelizmente, depois, no futuro, não se vêm a confirmar. Aquilo que hoje o Senhor Presidente da Câmara Municipal deseja que não seja má notícia para o Concelho de Óbidos, no passado insistia muito junto dos jornalistas para que fosse notícia, naquela altura, em seu favor e em benefício do PSD. O eleitorado pouco esclarecido. Não perceberam o alcance da sua declaração. Se houve momento em que reconheceu que a incapacidade foi do PS e apenas do PS, dos políticos do PS em ganhar a confiança do eleitorado do Concelho de Óbidos, ele está inscrito neste texto que acabou de ler. Não culpam os cidadãos de Óbidos por não terem confiado no PS. Reconhecem,

a eles próprios, a incapacidade para mobilizar os cidadãos do Concelho a acreditarem naquelas que eram as propostas do PS. Não escreveu para passar aos jornalistas. Já nesta Assembleia Municipal houve uma Senhora Jornalista que se interessou por aquilo que aqui declarou e foi ela que veio pedir isso. Não escreve coisas para entregar aos jornalistas, ao contrário daquilo que a Câmara Municipal ao longo dos tempos fez, e sabe que fez. Fez muito trabalho desse, de propaganda, utilizando os jornalistas para veicular muitas daquelas promessas que aqui elencou, que fizeram primeiras páginas de jornais e nunca se vieram, efetivamente, a concretizar. Finalmente e aproveitando então a presença de um Professor Catedrático de Biologia, dois mil e treze, hibernação, tachos, emigração de aves. Verão, em dois mil e treze, quem é que é o verdadeiro especialista, dentro desta sala, relativamente a fatores como aqueles que referiu, a hibernação, a emigração das aves para outras paragens e relativamente aos tachos, muito obrigado Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que voltou a ser dito que os factos não foram desmentidos, foram ditas mentiras, etc.. O que disse em relação ao parque municipal de Óbidos é mentira. O que disse em relação ao Óbidos Solar é mentira. O que disse em relação ao Plaza é mentira. O que disse em relação à Lagoa de Óbidos é mentira. O que disse em relação ao Criatório de Ostras é mentira. O que disse em relação ao quartel da GNR é mentira. O que diz em relação à Loja do Cidadão é mentira. Maçã de Óbidos. Só asneiras. Portanto não vale a pena.-----

---O Senhor Deputado José Coutinho disse que um dos aspetos mais finos que aqui estão presentes, no orçamento, não foi abordado por ninguém e gostava de o introduzir, porque tem consequências no futuro. Um deles tem a ver com a inscrição de uma rubrica de onze milhões de euros. Segundo informações do Município, trata-se de uma futura candidatura do PRODER para a conclusão do perímetro de rega das baixas de Óbidos. É um projeto que irá decorrer nos próximos anos e permitirá a conclusão de uma obra que está a cinquenta por cento. Uma das questões que acha que era inteligente discutir-se aqui era se vale a pena ou não fazer uma obra que está meia feita. Existe uma possibilidade de haver investimento futuro para conclusão de um projeto que atravessou os últimos vinte e tal, ou trinta anos, e que não está concluído e não serve para ninguém. Faz-se, ou não se faz, um projeto destes? Conclui-se, ou não se conclui, um projeto destes? Isto vai custar dinheiro. Apesar do subsídio ser a cem por cento, custa sempre dinheiro, porque há sempre juros de mora e por aí fora. Acha que isto é um tema interessante, em vez de estarem aqui a digladiar de parte a parte. Isto não dá em nada. Era inteligente da parte da Assembleia Municipal olhar para estas rubricas e discuti-las a fundo. Trata-se de pensar o Município, pensar o Concelho, a longo prazo. É discutir desenvolvimento sustentável. É discutir a agricultura, que agora está na moda. É importante discutir, porque isto afeta todos. Trata-se de um plano importante que urge olhar com olhos de ver. Se calhar era bom discutirem este tipo de rubrica e olharem para estas questões da democracia participativa, com desenvolvimento e com evolução, se não, não passa de conversa vazia. Isto cansa o público que tem a coragem de os ouvir e não dá em nada. Julga que era muito mais construtivo para todos olharem para estas questões de fundo e congratularem-se, para já, com o facto do Município ter esta promessa do PRODER, de ter um projeto que não foi possível fazer no passado, que é da responsabilidade de muitos, que é possível se equacionar no futuro. Isto é assunto bastante importante, até porque afetará um terço de um orçamento por ano. É brutalmente estruturante. -----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que só usa da palavra por causa do Senhor Deputado Luís Carvalho ter dito que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha gerado um desconforto na bancada do PSD. Pelo contrário, ficaram muito confortados, muito cómodos, com a intervenção positiva do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação positiva das finanças do Município. Não entendeu isso do desconforto. É uma técnica que o Senhor Deputado João Lourenço tentou aqui usar e que foi bem acompanhado pelo coro, no melhor estilo. Quando não gostam de ouvir aquilo que é o uso da liberdade de expressão e de opinião pessoal sobre comentários que as intervenções merecem, fazem uma encenação daquelas que há fogo, acudam, e arranjam aí um excitação nessa bancada, que só produz o desconforto em termos institucionais do funcionamento da Assembleia Municipal, porque é mais uma encenação, mais uma golpada, mais uma pulhice que aqui é feita. Mais uma vez foi feita para criar um incidente, para suspender os trabalhos, porque a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha gerado um mau estar e tinha ultrapassado as marcas daquilo que seria lícito, usual e aceitável em democracia. Essas jogadas são recorrentes na bancada do PS. Valem o que valem. Não impressionam a Mesa e não causam nenhum desconforto, a não ser olharem, verem e

assistir a este espetáculo que aqui se pretende fazer, quando não houve uma crítica objetiva ao orçamento, e era o que estava em discussão. Agora vem aqui o Senhor Deputado Luís Carvalho dizer que referiu duas coisas no orçamento, naquela lista imensa de lamúria que ali fez. Dois pontos que diz que referiu, que diz que foi a dívida. Primeiro não falou no montante da dívida. O montante da dívida, neste momento, do Município, o seu passivo financeiro é de cerca de oito milhões de euros, o que é muito confortável para o património que o Município tem. Muito confortável para a riqueza gerada no Município anualmente, embora isso não esteja quantificado. O Senhor Deputado Luís Carvalho, que não se referiu aos números, veio falar num indicador por habitante, que não tem nada que ver com o património do Município e com a taxa de cobertura do passivo que o Município tem, relativamente ao ativo e que é muito, muito confortável. Aí nada foi dito. Ainda se fez uma coisa que foi boa, que no princípio elogiou e depois, no fim, criticou, de se ter conseguido transformar a dívida de curto prazo em dívida fundada, em dívida de longo prazo e a baixo juro, que alivia bastante os constrangimentos financeiros que aí também pesam. Em segundo lugar diz que se referiu, embora isso tenha pouco a ver com o orçamento, ao desemprego. E referiu que havia trezentos e poucos desempregados há quatro anos e que hoje há quinhentos e poucos desempregados inscritos no Centro de Emprego. Mas o que é que o Senhor Deputado Luís Carvalho estava à espera, depois deste cataclismo, desta hecatombe, deste desastre efetivo, em que o PS fez mergulhar o país no colapso, o que é que queria. No colapso financeiro do estado, no colapso da economia, no colapso das empresas, o colapso do crédito, o colapso é total, o desastre é enorme. Falou aqui em calamidade e esta calamidade que, ainda por cima, tem dimensões de relativa perpetuidade. Por mais riqueza que se criasse, por mais emprego que se fizesse, como é que é possível contrariar o colapso das empresas, do país, e portanto aqui também no Concelho. Como é que queria contrariar isso. -----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que ouviu com atenção tudo o que foi dito na sala. Parece-lhe que é a décima vez, ou a décima primeira vez, que assiste a isto, mais coisa, menos coisa. Tem que dizer aos Senhores Deputados do PS, nomeadamente ao Senhor Deputado Luís Carvalho, que é verdade que a Câmara Municipal prometeu obras que não fez, é verdade que fez outras não muito bem. Perguntou-lhe se não se sonha, se não se pensa pelo menos fazer, alguma vez se faz alguma coisa. O Senhor Deputado Luís Carvalho provavelmente não se lembra, só os Senhores Deputados João Lourenço e Custódio Santos. Se calhar preferiam ter uma Câmara Municipal com dantes. Onde não havia objetivos, onde nem sequer se sonhava, pura e simplesmente não se fazia nada. Era isso que pretendiam. Provavelmente dava-lhes interesse que fosse assim. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal tem que dizer que foi um bocadinho dura, talvez, mas também há que referir que todas as vezes que as austeridades começam nesta sala, começam sempre do mesmo lado. Não é menos falta de educação, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a falar, outras pessoas estarem a rir-se e a mandar piropos. Depois não gostam. Coisas da vida. Falou-se duas ou três vezes no desemprego no Concelho. Passou de trezentos e tal para quinhentos e tal pessoas. É verdade. Mas esquecem-se de dizer duas coisas que lhe parecem muito importantes. Uma delas é esta. Se a Câmara Municipal não tivesse o dinamismo que tem e que ainda consegue empregar muitas pessoas direta e indiretamente, nomeadamente no comércio da Vila, embora para algumas sazonais, mas que sempre são empregos, como é que estariam, melhor ou pior? Este desemprego, no momento, não é razão de muitas pessoas ainda viverem fora do Concelho e todos sabem o colapso que está a ter o comércio vizinho, que está a deixar muitas pessoas desempregadas. Se o Concelho de Óbidos estivesse assim, não estariam bem piores? Esquecem-se dessas coisas, não as dizem, não sabe se não se lembram ou pura e simplesmente não as querem referir. Para terminar, faz suas as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal e espera que, desta vez, os Senhores Deputados do PS tenham mesmo coragem de votar contra o orçamento, para dividirem as águas. Todas as vezes têm assistido a estas coisas e depois abstêm-se. Nem são carne, nem são peixe. Se a coisa correr bem, até se abstiveram. Se correr mal, já desconfiavam daquilo. Pelo menos ficam já esclarecidos e a saber como é. -----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que gostava de fazer uma interpelação ao Senhor Deputado Luís Carvalho. Tem uma pergunta direta, se não quiser responder, tudo bem. A pergunta é esta: O Senhor Deputado acha que é politicamente sério dizer nesta ou em qualquer outra Assembleia Municipal do país que o desemprego é uma responsabilidade de uma Autarquia? Que a evolução do número de desempregados pode ser assacada ou atribuída a uma Câmara Municipal? Acha que isso é politicamente sério, politicamente sustentável? -----



---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que, respondendo diretamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, obviamente, nesta altura, não está munido desses elementos, mas terá todo o gosto em fazer-lhos chegar. Quem fez de uma estratégia da Câmara Municipal uma prioridade, o combate ao desemprego e a criação de postos de trabalho e chegou, inclusivamente, a enumerar o número de postos de trabalho que muitos dos investimentos que a Câmara Municipal estava a fazer iria produzir, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na campanha eleitoral de dois mil e nove. -----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou se esta era a resposta do Senhor Deputado Luís Carvalho. Não consegue responder objetivamente?-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que era esta a sua resposta. -----

---Como não houve mais intervenções, foi o assunto posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções: I. As opções do plano e proposta de Orçamento para dois mil e treze; II. A emissão de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais; III. Os objetivos estratégicos. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---Foi presente a declaração de voto do Senhor Deputado do PCP, Custódio Santos, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O PCP decidiu votar contra o Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e o Plano de Atividades Municipais para dois mil e treze, tendo em conta que o mesmo é um decalque dos mesmos instrumentos dos três anos anteriores e tal como aqueles, uma ficção entre o orçamento e a sua execução. Mas tal como dissemos em ocasiões anteriores, em que o Orçamento e Plano de Atividades foram discutidos relativamente aos respetivos anos, reafirmamos agora que este não é o nosso orçamento e o nosso plano porque não se sustenta de princípios que entendemos serem os melhores para a defesa dos interesses da população no Concelho de Óbidos. Cabe também dizer, que mais uma vez, este Orçamento não foi discutido previamente com a população do Concelho de Óbidos, nem com quem os representa, o que diz bem das insuficiências democráticas da maioria PSD na gestão camarária. Sendo este documento da maior importância para o Concelho de Óbidos, e inaceitável que os membros da Assembleia Municipal, a quem cabe aprovar os mesmos, sejam chamados a discuti-los e a votá-los sem que o tempo de análise seja suficiente. Por todas estas razões, votamos contra o Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades para dois mil e treze.”. -----

---Ausentou-se da reunião o Senhor Deputado José Botelho. -----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E TREZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e dezassete, de dezanove de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta do Mapa de Pessoal para dois mil e treze.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa perguntou qual é que era a alteração numérica, em termos de funcionários, que estava prevista. Se podiam dar o grau de comparação. Se aumentou. Se diminuiu. O porquê do aumento ou o porquê da diminuição. -----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse que fruto do orçamento de estado de dois mil e doze e agora da lei do orçamento de estado de dois mil e treze, os municípios, e no caso do Município de Óbidos, aquilo que foi definido e estipulado, de acordo com a lei do orçamento do estado, o objetivo é de cumprir dois por cento de redução do número de trabalhadores do Município de Óbidos. Esses números foram atingidos por duas formas. A primeira pela mobilidade e também pela aposentação de alguns trabalhadores do Município e outra por contratos a termo que terminaram no decorrer de dois mil e doze. Grande parte dos trabalhadores contratados pelo Município terminaram os seus contratos de trabalho no decorrer de dois mil e doze. Haverá ainda alguns que irão terminar em dois mil e treze e dois mil e catorze. A variação tem vindo a decrescer. Este número também foi acompanhado por algumas funções, no caso das AEC, cujos concursos são abertos anualmente pelo Ministério da Educação. O processo administrativo que o Município faz é o acompanhamento, dando cumprimento legal àquilo que é a legislação para esse fim. Essas variações são em função, também, daquilo que o Ministério da Educação vai decretando ou regulamentando em função das vagas que podem e conseguem abrir para cada uma das funções. Hoje também há alterações a esse nível. As atividades extracurriculares para o ano escolar dois mil e doze, dois mil e treze, tiveram algumas alterações. Em função daquilo que eram os objetivos de educação do Município, conseguiram acompanhar algumas delas. No âmbito do ensino da língua inglesa e da música conseguiram dar cumprimento. As AEC para atividades desportivas não foram feitas, não conseguiram fazê-las através das atividades extracurriculares, mas sim através de alguma colaboração

com algumas associações desportivas e também recorrendo a alguns professores que estão afetos à secção de desporto do Município, designadamente as piscinas municipais. -----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que no quadro de pessoal estão trezentos e onze ou treze. Está a falar de cor. Perguntou se este número é igual ao de dois mil e doze.-----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse que era inferior, pelas razões já apontadas. -----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Mapa de Pessoal para dois mil e treze posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA AOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE MEIOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – ANO DE DOIS MIL E TREZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e dezanove, de dezanove de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Adenda aos Protocolos de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia – Ano de dois mil e treze.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Adenda aos Protocolos de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia – Ano de dois mil e treze, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, CONFORME LEI NÚMERO QUARENTA E NOVE, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E NOVE DE AGOSTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil quatrocentos e vinte e quatro, de dezanove de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, conforme Lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, conforme Lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DO ABONO RELATIVO A DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS DIRIGENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ARTIGO VINTE E QUATRO DA LEI NÚMERO QUARENTA E NOVE, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E NOVE DE AGOSTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e dezasseis, de dezanove de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a Manutenção do Abono relativo a Despesas de Representação aos Dirigentes do Município, conforme artigo vinte e quatro da lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto.-----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro deu a sua opinião pessoal. A postura em Portugal, não só nas Câmaras Municipais, mas um pouco por todo lado, é algum preconceito em relação aos direitos que cada um tem. Têm deveres e são acusados se não os cumprem. Existe um preconceito muito grande em relação aos direitos que todos têm. Seja aqui ou noutra sítio qualquer. Parece que é criminoso receberem aquilo a que têm direito. A sua opinião pessoal é que enquanto puder não abdicará dos seus direitos, sejam remuneratórios, sejam do ponto de vista de intervenção pública, etc., mas nunca abdicará deles. Esta é a sua posição pessoal, não em nome do Executivo. Relativamente à remuneração, há muitas visões, há muitos entendimentos em relação aquilo que devia ser a remuneração dos autarcas neste país. Existem trezentos e oito municípios, cada um com as suas características, com a sua dimensão e com a sua realidade. Há determinados direitos ou deveres que um Presidente de uma Câmara Municipal com mais de quinhentos mil habitantes tem, que são completamente diferentes de uma Câmara Municipal como, por exemplo, Mourão, que tem dois mil e quinhentos habitantes. Do ponto de vista da responsabilidade é a mesma, mas do ponto de vista das suas regalias, em função daquilo que são as suas condições, são completamente antagónicas em relação aquilo que se passa um pouco por todo o país. Cada caso é um

caso. O caso particular de Óbidos é este, que todos conhecem e que é trazido aqui. É dar cabimento àquilo que é o cumprimento da lei. Por isso é que vem à Assembleia Municipal. -----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização para a Manutenção do Abono relativo a Despesas de Representação aos Dirigentes do Município, conforme artigo vinte e quatro da lei número quarenta e nove, barra, dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---PONTO NÚMERO SETE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado Victor Mata disse que queria fazer uma observação ao texto sobre as obras municipais. No que toca a massas frias, gostaria de ver essas massas também espalhadas na Freguesia de A dos Negros. Sobre a abertura da vala da baixada da EDP do novo edifício da Junta de Freguesia disse que parecia uma obra de pouca relevância, mas para si é muito importante. Isto significa a tal Junta de Freguesia e o tal Centro de Saúde. Algumas mentes, um bocadinho descrentes, diziam que aquela obra nunca seria feita. É uma obra num tempo complicada. Tem havido algumas coisas difíceis de resolver, a nível de arquitetura. A obra está na sua fase de conclusão. Fica muito satisfeito e podiam acrescentar na informação, também, pela envergadura da obra. Na próxima Assembleia Municipal que fizerem, se calhar, já não é a continuidade, mas talvez o fim desta grande obra municipal. -----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que mais uma vez a Freguesia de São Pedro é desprezada. Se calhar já estavam a preparar a integração. Isto é uma vergonha. As calçadas, os passeios que foram escavados pela Câmara Municipal, há meses, nunca mais foram repostas. Há uns postes de iluminação que foram espalhados a lanço, que nunca tiveram iluminação, vai para quatro anos. Alguns já estão de lado. Aquilo é vergonhoso. Estão pedras amontoadas junto ao aqueduto e está aquele passeio a seguir aos arcos até à Capela da Memória. Aquilo está vergonhoso. Aqueles postes de iluminação foram tão bem colocados que nunca tiveram iluminação. Vejam o adro do Senhor da Pedra, a situação em que está. As calçadas estão todas escavadas. Fica um bocadinho afastado da Vila. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

---PONTO NÚMERO OITO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes. -----

---O Munícipe Jorge Veloso, residente no Pinhal, disse que durante este debate ouviu muitas coisas que não esperava, sendo isto uma Assembleia Municipal. Relembrou que os Senhores das Assembleias Municipais fazem parte do Município, Município este que, atualmente, não está nas melhores condições. Tem uma dívida e isso reflete-se, depois, nos eleitores. Atualmente têm uma taxa de tarifa de água um bocado elevada. Dizem, os Senhores, que isto está tudo bem, porque a Câmara Municipal está a fazer investimento. Mas esse investimento está a ser feito à custa dos munícipes. Agora estão a falar de um orçamento de trinta e dois milhões. Como é que vão fazer um orçamento de trinta e dois milhões, sabendo que há contas por pagar? Esses trinta e dois milhões vão servir para pagar, o mais rapidamente, uma dívida que está a sufocar os munícipes? Não vale a pena estar a sacudir o capote dos trinta e dois milhões, nem para uns, nem para outros, porque nos últimos vinte anos estiveram no governo o PS e o PSD. Queria saber de que bolsos é que iam sair esses trinta e dois milhões. Como é que o Município espera pagar a sua fatura e evitar que os cidadãos não tenham que pagar ainda mais. -----

---O Senhor Vereador Humberto Marques desejou boas festas a todos. Sobre o orçamento de trinta e dois milhões de euros, disse que se reparar no lado da receita, ela não está assacada aos cidadãos, aos munícipes. Podem, hoje, falar em catorze milhões de euros, em novos investimentos. Entre eles, também, água e saneamento, muito alavancados no quadro comunitário de apoio em vigência. Não é intenção da Câmara Municipal fazer um aumento de impostos, para fazer face a este orçamento. Aliás, este foi o compromisso da Câmara Municipal quando, no âmbito do plano de ajustamento financeiro, optaram por uma solução diferente daquelas que tinham à frente, que foi, exatamente, reduzir a despesa corrente e não aumentar a receita à custa de impostos. Por essa razão e nessa Assembleia Municipal veio a redução do valor das taxas de IMI. A questão da água e o seu custo também o preocupa. A sua questão só enferma de uma falta de esclarecimento. Dos vários estudos que chegam à Câmara Municipal, no âmbito de

contratações que a Oeste CIM, o conjunto dos doze Municípios, faz, sistematicamente, sejam feitos pela Deloitte, sejam feitos pela Price, sejam feitos, inclusive, pelas Águas do Oeste, sejam feitas por qualquer outro Município, no ranking dos doze estão em penúltimo lugar, ou seja, só têm um município com água mais barata. Já trouxe estudos feitos pela sua autoria que foram, de alguma maneira, contestados por esta Assembleia Municipal, mas então talvez estudos que sejam feitos pela Deloitte e pela Price, ou pelas Águas do Oeste, tenham outro crédito, que não mereceram, na altura, quando fez os mesmos estudos. A tendência a que a administração central os está a obrigar e veja que ainda, fez quarta-feira quinze dias, foi um dia que, com certeza, em matéria de política da água, foi um dia histórico, não sabe se pelas melhores ou piores razões. Viram um documento publicado pela entidade reguladora que vai obrigar, com certeza, muitas Câmaras a entregar a sua baixa. Isso por si não é um problema. E viram no mesmo dia uma proposta de Decreto-Lei para fusão dos trinta e tal sistemas em alta para quatro sistemas nacionais, com o bombom. Tiveram oportunidade de os ver plasmados numa apresentação pública, feita pelas Águas de Portugal, os doze Municípios, que efetivamente o custo da água que hoje compram às Águas do Oeste a zero sessenta e dois e que vai passar, no próximo ano, para zero setenta e um centimos o metro cúbico. O munícipe até aos cinco metros cúbicos paga quarenta centimos por metro cúbico. Está a falar de fatura de água. Absorvem esse défice, sacrificando outros investimentos, num valor que não corresponde à diferença, porque têm ainda captações próprias. Esse Decreto-Lei, que prevê as fusões, obriga a que os municípios entreguem tudo o que é captações próprias. Deixem de ter as suas próprias captações, os seus próprios recursos. O que quer dizer que cada litro de água que seja consumido em qualquer Concelho seja consumido ao sistema em alta. Ao mesmo tempo apresentaram uma proposta de verticalização, isto é, ficarem também com a baixa, as Águas de Portugal. Os municípios saem de cena. Isto foi uma proposta, que ainda hoje esteve a discutir com os serviços e que vão lutar até ao fim. Se for preciso fazer uso de batalhas jurídicas, vão fazê-las. Se for preciso invocar a violação dos contratos de concessão, vão fazê-lo. Agora, não lhe perguntem pelo sucesso disso. Os custos com a água vão ficar ao nível, ou acima do nível, por exemplo, que paga Torres Vedras. Não podem dizer é que a água em Óbidos é cara e a outra que dizem, recorrentemente, e que é falsa, é que é das águas mais caras, que também é falso. Quem tiver dúvidas deve olhar para o estudo da Deloitte, ou para o estudo das Águas de Portugal. -----

---O Munícipe Jorge Veloso disse que o Município de Óbidos não tem tantas receitas quanto isso. A Câmara Municipal não tem pago às Águas do Oeste. Não será pela água que vão pagar. Mas terá que haver alguma maneira de criar novas receitas para pagar todo esse investimento que a Câmara Municipal faz. Dizem que é melhor fazer obra que não fazer. É melhor gastar do que não gastar. Queriam saber como é que se vai pagar essa dívida, que está a acumular, num curto prazo. A dívida existe. Existe o problema de financiamento deste Município. Cada vez fala-se mais de financiamento de novas obras, novos gastos. Ou seja, estão sempre a aumentar o bolo. Estão-se a esquecer que essa dívida tem que ser paga. Os cidadãos que existem no município vão ter que pagar, porque as obras não se fazem sem serem pagas, e o estado central não pagará tudo. Os cidadãos, de alguma maneira, vão ter que pagar isso. Por muito que se fale em parque tecnológico, em eventos, tudo isso tem que haver um retorno. Neste caso, a empresa municipal vai receber um subsídio, não vai pagar nenhum subsídio à Câmara Municipal. O parque tecnológico é o mesmo que uma autoestrada. Faz-se uma autoestrada e espera-se que existam os automóveis. Infelizmente, atualmente, as autoestradas estão desertas. Esperamos que no parque tecnológico não aconteça o mesmo. Estão a tentar dizer que é preciso ter mais obra, mais gastos, mais gasto social. O que os cidadãos querem não é criar mais investimento, nem mais apoio social. Porque esse apoio social, se é necessário, é porque os cidadãos estão a empobrecer, a ficar sem meios. Seria preferível que o Município conseguisse fundamentar onde é que vai buscar melhor investimento, que duvida que seja nas urbanizações que estão junto ao mar, que estão desertas. Tantos milhões de receitas e lá não existe nada. Se essas receitas já foram gastas, como é que vão pagar essa dívida da Câmara Municipal. O PAEL não foi por opção, foi por necessidade. O Valor do IMI tem que subir. Esse PAEL representa, para o Município, algumas contrapartidas. Na altura falou-se que o PAEL era muito bom. Se fosse assim todos os municípios, mesmo que tivessem dívida, iam aceder a ele. Queriam saber como é que o Município, nesses gráficos todos, vai arranjar melhor receita e se essa receita, se chegar a ser real, vai conseguir e em quantos anos, eliminar a dívida. -----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que isto foi mais um comentário político do que propriamente uma questão. Sobre a questão da água, disse que não vão pagar toda a dívida, porque não

vão pagar água que não consumiram. Como o Senhor, com certeza, na sua casa, não paga água que não consome. Quando vende um bem, tem que receber pela venda que fez. O Município ainda não recebeu das Águas do Oeste. Estão a falar de setecentos mil euros. Ainda agora foi feita uma transferência de meio milhão de euros para as Águas do Oeste. No início do próximo ano, a dívida às Águas do Oeste será a dívida corrente, de vencimento a trinta, sessenta dias. Não se preocupe com isso. Neste momento a dívida, sem recurso a empréstimos, sem nada, está na ordem dos quatro, vírgula, três milhões de euros. Já foi de nove, vírgula, seis. Não foi preciso estarem a mexer em afetações de mais impostos e honrar de mais impostos os cidadãos. Ao contrário do que diz, não foram ao programa I do PAEL, que obrigava a ir para os máximos o IMI. Não têm que fazer isso. Foram ao programa II. Em vez de estarem a pagar juros de mora até dois mil e dezasseis, que eram os acórdãos de pagamento que tinham, cujo valor em juros era muito superior, quando comparado com o plano de ajustamento financeiro, até dois mil e vinte seis, mas substancialmente superior, obviamente, que fizeram aqui um ato de gestão e foram buscar esse dinheiro. Se considerar quatro, vírgula, três e os três, vírgula, oito, que vão buscar, restam para pagar cerca de meio milhão de euros. Não se assuste com esse tipo de coisas, porque isso não os vai condicionar em nada, pelo contrário. As obras de que fala, ainda bem que existem e vão continuar a lutar para ter mais. Em termos de captação, o Município de Óbidos, no ranking nacional, ocupou a quarta posição em capacidade de captar mais fundos comunitários a nível nacional. Fazem obras, mas as obras têm que ser financiadas pelo QREN. Têm recursos. Estão a fazer uma obra de seis milhões e tal para uma escola. Cem por cento de financiamento. Estão a fazer os edifícios centrais, mas vão buscar oitenta e cinco por cento e vão ver se não chegam aos noventa. O custo corrente terá que ser feito com uma gestão rigorosa, com planeamento, com criatividade, para pagar os custos correntes daquilo. Estão preparados para isso tudo. Para esses problemas que possam surgir, sem afetar os cidadãos. Foi por isso que votaram neles, porque confiavam neles, porque confiam neles para esse desafio e para essas dificuldades do futuro.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou a todos os munícipes, ao público presente, à comunicação social, ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, aos colaboradores aqui presentes da Câmara Municipal, muito especialmente para o Vasco e para a Anabela, por aquilo que têm feito na Assembleia Municipal, aos Senhores Membros e aos seus colegas da Mesa, um agradecimento, uma continuação de umas boas festas e um santo e bom ano de dois mil e treze, porque todos vão precisar.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e quinze minutos, do dia vinte e oito de dezembro do corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----